

FOMENTO À PRODUÇÃO ARTÍSTICA E AÇÕES AFIRMATIVAS: EDITAIS NACIONAIS PARA MULHERES E NEGROS NA ANCINE E FUNARTE

Flávia Campos Junqueira¹

Resumo: Nos últimos anos foi possível notar um aumento no número de editais de fomento à produção artística específicos para mulheres e negros. As instituições públicas não podem negar que uma forma de contribuir para a desigualdade socioeconômica do país é centralizar os investimentos e incentivos na área cultural em determinados grupos e regiões e começam a tomar algumas medidas para minimizar discrepâncias. Na última década (pelo menos desde 2010), a Fundação Nacional de Artes (Funarte) lançou alguns editais para mulheres e para negros. Já a Agência Nacional do Cinema (ANCINE), apenas em 2018 criou um edital de produção cinematográfica com cotas para mulheres, negros e indígenas, apesar de seus Anuários Estatísticos do Cinema Brasileiro trazerem informações sobre a diferença de gênero na direção e produção no cinema pelo menos desde 2014. Pretendemos aqui refletir sobre as tristes tradições (RUBIM, 2007) que ainda hoje fazem parte das políticas de cultura no país, a partir dos mais recentes editais de fomento para cultura da ANCINE e da Funarte.

Palavras-chave: Editais de Fomento, Políticas Culturais, Tristes Tradições, ANCINE, Funarte.

Introdução

As lutas de movimentos negros, feministas, indígenas, LGBTs e outros grupos socialmente excluídos vêm de longa data, mas ainda hoje há lacunas nas políticas públicas de diversas áreas que, se não existissem, poderiam minimizar o cenário de desigualdades. Na área de educação por exemplo, a UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) foi pioneira ao adotar cotas em seu sistema de seleção² depois de um projeto de lei estadual³ de 2002, mas apenas em 2012 com a Lei 12.711, a ação, baseada em critérios socioeconômicos e étnico-raciais, foi ampliada a todas as Universidades Federais. Se na área da educação foram necessários quase dez anos para uma política de

¹ Doutoranda em Comunicação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), linha de pesquisa Tecnologias da Comunicação e Cultura. E-mail: flavinhajunqueira@gmail.com

² <http://redeglobo.globo.com/globouniversidade/noticia/2013/08/em-2003-uerj-se-torna-primeira-universidade-do-pais-adotar-cotas.html>

³ Distribuição das cotas em 2003: “20% para candidatos da rede pública; 20% para negros, ou indígenas; e 5% para candidatos com deficiência, ou filhos de policiais, bombeiros e inspetores de segurança em penitenciárias mortos, ou incapacitados, em função do exercício de suas atividades” (Idem - link acima).

ação afirmativa contra a desigualdade no acesso ao ensino superior se tornar uma Lei Federal, no campo da cultura parecemos avançar a curtos passos em direção a ações semelhantes.

Como ações afirmativas, compartilhamos com o Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa a ideia de que são “políticas focais que alocam recursos em benefício de pessoas pertencentes a grupos discriminados e vitimados pela exclusão socioeconômica no passado ou no presente” (GEMMA-UERJ)⁴. Precisamos lembrar que é difícil planejar ações afirmativas sem muitas informações sobre a área. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) passou a organizar e sistematizar informações culturais a partir de 2003 após parceria com o Ministério da Cultura (MinC), quando foi criado o Sistema de Informações e Indicadores Culturais (SIIC). Até então não existia uma pesquisa específica para a área nos dados coletados pelo censo.

A edição 2007-2010 do estudo publicado pelo SIIC, ao trazer informações de gênero e cor ou raça na cultura, mostrou que em 2012, os homens representaram 53,0% dos trabalhadores na área, contra 47,0% de mulheres, assim como os trabalhadores brancos também foram maioria, representando 56,0% contra 42,8% de trabalhadores pretos ou pardos (SIIC-IBGE 2007-2010, p. 107)⁵. Segundo a publicação, esta proporção é inversa à proporção nacional quando se fala da taxa de ocupação da população no país em todas áreas (51,9% contra 47,2% para os trabalhadores brancos)⁶.

Podemos olhar por outro viés para entender e ainda vermos números que comprovam as diferenças entre homens e mulheres, brancos, pretos ou pardos. Ao buscarmos pelas estatísticas da taxa de ocupação no ano de 2010 a partir de um recorte de gênero e filtrado por cor ou raça no próprio site do IBGE⁷, temos que 95,6% de homens brancos exercem atividade profissional (formal ou informal, remunerada ou não), enquanto o índice para homens pretos ou pardos é de 93,6%, 92,1% para mulheres

⁴ O que são ações afirmativas? Disponível em: <<http://gemma.iesp.uerj.br/o-que-sao-acoes-afirmativas/>>. Acesso em: 10/04/2018.

⁵ Dados disponíveis em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv65974.pdf>> Acesso em: 13/04/2018.

⁶ Dados disponíveis em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv65974.pdf>>. Acesso em: 13/04/2018.

⁷ Dados disponíveis em: <<https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0&cat=1.2.3.4.-3.128&ind=4729>>. Acesso em: 13/04/2018.

brancas e 87,8% para mulheres pretas ou pardas, evidenciando a diferença na inserção de brancos e negros, homens e mulheres no mercado de trabalho.

Como veremos com Antônio Albino Rubim (2007), a dificuldade em encontrar dados e informações relativas ao setor cultural é uma constante, muito por conta de um atrasado processo de conscientização com relação às políticas públicas voltadas à Cultura no país. Ele considera uma das “tristes tradições” a demora na implementação do campo e consequentemente, o caráter tardio de qualquer ação específica para a área. Não só o caráter tardio, mas a descontinuidade das políticas da área, outra triste tradição para Rubim (2007), também é um fator responsável pela demora no andamento de ações afirmativas.

Neste contexto, pretendemos nos debruçar aqui nos editais de ação afirmativa mais recentes da Fundação Nacional de Artes (Funarte) e da Agência Nacional do Cinema (ANCINE). Nosso recorte se dá pelo fato de serem duas instituições vinculadas ao Ministério da Cultura, sendo uma Fundação e outra Agência Reguladora, que possuem editais próprios de fomento à produção artística e juntas contemplam todas as linguagens artísticas – audiovisual, artes visuais, música, teatro, dança e circo. No caso da Funarte, a verba para seus editais vem do Fundo Nacional de Cultura (FNC), regulamentado pela Lei Rouanet (Lei 8313, de 1991) e cujos recursos provêm principalmente do Tesouro Nacional, doações e arrecadações de concursos e loterias federais, entre outras fontes⁸. A verba de fomento da ANCINE sai do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA), uma categoria do Fundo Nacional de Cultura que conta também com arrecadações específicas do setor, como a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (CONDECINE)⁹.

A Funarte lançou desde 2010 três editais para mulheres (2010, 2013 e 2014) e dois para negros (2012 e 2014). Houve também neste período um movimento no sentido de políticas afirmativas para produção artística com relação à região, numa tentativa de democratizar a distribuição de recursos para todo o país. Alguns editais passaram então a dar pontuação maior para projetos de fora do Eixo Sul-Sudeste, numa tentativa de

⁸ Ver Art. 2º da Lei 8313/1991 (Lei Rouanet). Disponível em: <<http://rouanet.cultura.gov.br/fnc/>>. Acesso em: 10/04/2018.

⁹ Fonte de recursos do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA), disponível em: <<https://fsa.ancine.gov.br/?q=o-que-e-fsa/fonte-de-receitas>> Acesso em: 10/04/2018.

descentralizar os investimentos para estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país.

Já a ANCINE, em 2018 começou a estabelecer cotas nos seus editais para produção audiovisual, mas antes já havia lançado editais como o Curta Afirmativo em 2012 e 2014, voltado para o protagonismo da juventude negra na produção audiovisual, e Longa Afirmativo, em 2016, nos mesmos moldes. Com relação à desigualdade de gênero, apesar de seus Anuários Estatísticos do Cinema Brasileiro trazerem informações sobre a proporção de homens e mulheres na direção e produção cinematográfica pelo menos desde 2014, apenas em 2018, a Agência determinou cotas que abrangem não só negros mas também mulheres e indígenas na Chamada Pública para Produção para Cinema, um de seus mais importantes editais de fomento. Componentes regionais também são considerados no edital.

Antes de adentrarmos nos editais, baseados no texto *Políticas Culturais no Brasil: Tristes tradições, enormes desafios*, de Antônio Albino Rubim (2007), destacaremos alguns traços ainda presentes no campo das Políticas Culturais no Brasil.

1- Breve histórico das Políticas Culturais no Brasil e a perpetuação das tristes tradições

Rubim nos apresenta às “tristes tradições” destacando que um dos principais desafios já aparece na tentativa de organizar o conteúdo crítico sobre o tema, já que as publicações sobre o tema no país são multidisciplinares, estão em muitas áreas diferentes (comunicação, sociologia, antropologia, educação, história, administração, economia, letras, artes etc.), e isso dificulta a pesquisa e revela que não há uma tradição do campo. Além disso, Rubim destaca que há uma desigualdade na atenção dada à história das políticas culturais nacionais, pois alguns períodos têm mais estudos a respeito do que outros (RUBIM, 2007, p. 12). Estudos sobre o governo Vargas ou o período de Mário de Andrade no Departamento de Cultura da cidade de São Paulo, por exemplo, são mais fáceis de serem encontrados. O autor nos mostra então que a pesquisa das políticas culturais aqui no Brasil, passa por uma bibliografia dispersa,

fragmentada, com períodos de atenção e silêncios, mas apesar dos caminhos tortuosos é possível traçar um percurso da área.

Rubim explica que desde o Brasil colônia, éramos muito submetidos a controles que censuravam livros e jornais de fora e impediam a criação de uma imprensa local. Nem a vinda da família Real para o Brasil, no início do século XIX trouxe uma mudança para o nosso cenário cultural. Na República Velha, entre o final do século XIX e início do XX (1889 – 1930), também não conseguiu desenvolver um quadro político para a área, apenas ações pontuais mais voltadas para o patrimônio. Essa seria então a primeira triste tradição: o caráter tardio das políticas culturais no país (RUBIM, 2007, p. 14) aliado ao lento e dificultoso processo de desenvolvimento da cultura no país (COUTINHO, 2000 apud RUBIM, 2007, p. 14).

Só a partir da década de 1930 é que começamos a ver ações que de fato podemos chamar de políticas para a área. Foi um período de grande transformação de uma maneira geral, pois foi quando houve o crescimento industrial e dos processos de urbanização, a construção de um estado nacional unificado e foi também o período do modernismo cultural. Nesse período Rubim (2007) destaca três importantes acontecimentos: a criação do Ministério da Educação e Saúde em 1930, a entrada de Gustavo Capanema como Ministro em 1934 (ficou até 1945) e a passagem de Mário de Andrade pelo Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo, entre 1935 e 1938, primeiro departamento voltado especificamente à cultura no país (CALABRE, 2015a).

A política desse período valorizava o nacionalismo, a mestiçagem do povo brasileiro e foi quando Vargas se concentrou em fundar instituições para setores nos quais o Estado ainda não atuava, incluindo a cultura. Lia Calabre vai destacar este como momento inicial da construção institucional do campo da cultura no país (CALABRE, 2015a, p. 5). Nessa época foram criados o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1937, que depois viria a se tornar o IPHAN que conhecemos hoje, o Serviço Nacional de Teatro e o Instituto Nacional do Livro (INL) também em 1937, o Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE) e o Serviço de Radiodifusão Educativa, ambos em 1936. Em 1938 foi criado também o 1º Conselho Nacional de Cultura (CNC).

Vem daí outra triste tradição no país: “a forte relação entre governos autoritários e políticas culturais, que irá marcar a nossa história nas políticas culturais” (RUBIM, 2007, p. 18) com Vargas (1930-45 e 1951-54) e a ditadura civil-militar (1964-1984). Paradoxalmente, foi em um destes períodos que o Ministério da Saúde e Educação se torna Ministério da Educação e Cultura (1953). Este é apenas um dos paradoxos presentes na história das políticas para a cultura no país, outra triste tradição (RUBIM, 2007). Outro exemplo de paradoxo é que a partir de 1974 começa uma lenta abertura, mas cheia de altos e baixos, hora com mais controle e hora menos. A violência diminui e volta-se a ter uma preocupação com políticas culturais, principalmente para mantê-la sob a hegemonia do regime (RUBIM, 2007, p. 21).

Em 1975 foi criado o primeiro Plano Nacional de Cultura (1975) e também importantes instituições como a Funarte e o Centro Nacional de Referência Cultural – que em 1979 foi incorporado ao IPHAN. No ano seguinte surgiram o Conselho Nacional de Cinema (Concine), que substituiu o Instituto Nacional de Cinema Educativo criado por Vargas e normatizava e fiscalizava as atividades cinematográficas (extinto em 1990), a Radiobrás e a Empresa Brasileira de Comunicação (que depois de se fundir com outras instituições em 2008 virou a EBC). Ou seja, muitas dessas instituições foram de certa forma as bases para as instituições que temos hoje. Rubim destaca a importância da criação da Funarte, que começou como uma agência de financiamento e se consolidou graças a ações inovadoras e um corpo técnico qualificado (RUBIM, 2007, p.21).

Em 1985 a cultura ganha um Ministério próprio. Existiram, porém, muitas ambiguidades nesse período de redemocratização, a começar pelo número de ministros em um curto período de tempo (foram nove ministros de 1985 a 94) e toda essa mudança vai implicar uma instabilidade na pasta. Além disso, Fernando Collor, quando presidente, chegou a acabar com a pasta em 1990, transformando-a em uma secretaria, e apenas dois anos depois, com Itamar Franco, a pasta é recriada. Uma prova de que a instabilidade é ainda constante foi a tentativa de Michel Temer extinguir novamente a pasta em 2016, frustrada graças a inúmeras manifestações pelo país. Voltando a Collor, além do Ministério ele extinguiu também a Funarte, a Embrafilme, o Concine e a Lei Sarney. Em 1991 cria a Lei Rouanet (Lei 8313/1991), nos mesmos moldes da Lei

Sarney e vigente até hoje. A lógica da participação do investimento privado torna-se comum e estados e municípios criam suas próprias leis tendo a Lei Rouanet como exemplo. Essa lógica contribuiu para que a política de financiamento e as políticas culturais de uma maneira geral, fossem associadas apenas às leis de incentivo fiscal, mantendo a característica da ausência do Estado na área da Cultura (RUBIM, 2007, p. 25).

Até o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) a participação do Estado fica menor em todas as áreas, e o mercado ganha poder (RUBIM, 2007, p. 26), implementando de forma mais abrangente o neoliberalismo como modelo econômico. Nesse período a ideia de Política Cultural fica diretamente associada às Leis de Incentivo. Do governo de Itamar Franco até Fernando Henrique Cardoso houve um crescimento considerável no número de empresas que usaram as leis, embora a partir de 1997, com as privatizações tenha tido uma pequena queda, pois as estatais em geral investem mais em cultura que as empresas privadas¹⁰.

Como nos mostra Rubim com seu texto, até o período da redemocratização o Estado se manteve distante de ações efetivas para as políticas culturais. A partir de 2003 e o governo Lula, com Gilberto Gil à frente do Ministério, a situação começa a mudar. A cultura passa a ser entendida de forma ampla, a partir de um conceito mais antropológico (COSTA, 2011), além consciência do Estado como responsável pelo estímulo à produção cultural no país e ao protagonismo popular, ainda que este fosse um enorme desafio esse entendimento horizontal do processo. Calabre destaca que

No século XXI, a base do conceito de política cultural foi deslocada para a da ação articulada entre o Estado e a sociedade como um todo – nas suas frações organizadas ou não. Ou seja, a premissa é a de que uma política cultural é, por essência, democrática, logo, só pode ser construída de forma participativa (CALABRE, 2015b, p. 4-5).

Neste período a cultura começou a ter seus dados coletados com o Sistema de Informações e Indicadores Culturais (SIIC-IBGE). Com tal postura, ações voltadas à pluralidade cultural brasileira puderam ser implementadas, como a criação da Secretaria

¹⁰ Maiores investidores da Lei Rouanet desde 1992. Disponível em:
<http://sistemas.cultura.gov.br/comparar/salicnet/salicnet.php> Acesso em: 11/04/2018

de Identidade e Diversidade Culturais (SID/MinC) e a Secretaria de Cidadania Cultural (SCC)¹¹, por exemplo.

A SID visava atuar “na formação de uma agenda que contemple políticas culturais voltadas a grupos sociais historicamente excluídos e marginalizados” (MinC, 2008, p. 2)¹². Além de olhar para grupos até então alijados dos processos de investimento para a cultura, a SID/MinC colocou o país entre os países que faziam parte da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, adotada em 2005 pela Conferência Geral da UNESCO (Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura)¹³. Tudo isso também deu ao Brasil uma visibilidade internacional nos debates acerca das políticas culturais (RUBIM, 2007, p. 30). Outra ação importante no contexto dessas secretarias foi a criação do Programa Cultura Viva, dentro da Secretaria de Cidadania Cultural, que permitiu a criação e expansão dos Pontos de Cultura pelo país e em 2014 virou a Política Nacional de Cultura Viva¹⁴. Mas como Rubim constata como uma triste tradição, novamente temos aqui um paradoxo.

2- Editais de ações afirmativas da ANCINE e da Funarte desde 2010

Apesar das ações implementadas a partir do início dos anos 2000, a desigualdade de gênero e étnico-racial ainda é presente quando observamos os indicadores culturais divulgados pelo IBGE. Escolhemos aqui falar de ações afirmativas nas políticas de incentivo à produção artística por ser uma área ainda hoje cujos dados são pouco analisados a partir de gênero e traços étnico-raciais, o que nos ajudaria a

¹¹ Ambas deixaram de fazer parte da estrutura do Ministério da Cultura em 2012 - sem muitas explicações - e suas atribuições passaram para a Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural (SCDC). Disponível em:

<<https://contas.tcu.gov.br/etcu/ObterDocumentoSisdoc?seAbrirDocNoBrowser=true&codArqCatalogado=5732719>>. Acesso em: 13/04/2018.

¹² Relatório SID-MinC 2008. Disponível em:

<<http://www.cultura.gov.br/documents/10883/1209006/RELAT%C3%93RIO+DE+GEST%C3%83O+-+TOMADA+DE+CONTAS+-+EXERC%C3%84CIO+2008+-+SID-MINC+-+13+04+09.pdf/28473e8f-4de0-4198-834b-9f915e93910f>>. Acesso em: 12/04/2018.

¹³ Dado apresentado no Relatório SID-MinC 2008. Disponível em:

<<http://www.cultura.gov.br/documents/10883/1209006/RELAT%C3%93RIO+DE+GEST%C3%83O+-+TOMADA+DE+CONTAS+-+EXERC%C3%84CIO+2008+-+SID-MINC+-+13+04+09.pdf/28473e8f-4de0-4198-834b-9f915e93910f>>. Acesso em: 12/04/2018.

¹⁴ Lei 13.018, de 22 de julho de 2004. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113018.htm>. Acesso em:

analisar melhor a distribuição dos incentivos em cada edital. A Funarte calcula a porcentagem de contemplados apenas com relação à região¹⁵. Já a ANCINE com seu Observatório Brasileiro do Audiovisual (OCA), passou a incluir informações de gênero e étnico-raciais em seu Anuário Estatístico do Cinema Brasileiro a partir de 2014¹⁶.

Apesar de informações étnico-raciais ou de gênero entre os proponentes não serem disponibilizadas, a Funarte lançou diversos editais de ações afirmativas para tais grupos, como a Bolsa Funarte de Fomento a Artistas e Produtores Negros (2014)¹⁷, contemplando diversas linguagens artísticas, o Prêmio Mulheres nas Artes Visuais¹⁸, em parceria com a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres e que teve duas edições (uma em 2013 e outra em 2014), o Prêmio Funarte de Arte Negra (2012)¹⁹ – este edital foi especialmente problemático, tendo levado dois anos para que os projetos contemplados conseguissem receber o prêmio para realização do trabalho –, além de outros editais específicos como o Prêmio Cultura Hip Hop (2014) em parceria com a Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural (SCDC), para culturas populares e tradicionais (2010) e para microprojetos da região do Pantanal (2013), do Rio São Francisco (2011) e da Amazônia (2010).

No mesmo período a ANCINE lançou menos propostas do mesmo tipo. Em 2012 e 2014 respectivamente, foram lançadas a primeira e segunda edições do Edital Curta Afirmativo, voltado para o protagonismo da juventude negra na produção audiovisual, ação que em 2016 contemplou projetos para obras de longa duração. Em 2018, após a divulgação do estudo realizado pela Comissão de Gênero e Diversidade da ANCINE, cotas para mulheres (cisgênero ou transexuais/travestis), negros e indígenas

¹⁵ Conjuntos de dados disponibilizados sobre alguns editais da Funarte, disponível em: <http://dados.cultura.gov.br/organization/fundacao-nacional-de-artes-funarte>. Acesso em 11/04/2018.

¹⁶ Anuários Estatísticos do Cinema Brasileiro, disponíveis em: <https://oca.ancine.gov.br/>. Acesso em 12/04/2018.

¹⁷ Bolsa Funarte de Fomento aos Artistas e Produtores Negros. Disponível em: <http://www.funarte.gov.br/edital/bolsa-funarte-de-fomento-aos-artistas-e-produtores-negros/>. Acesso em: 14/04/2018

¹⁸ Prêmio Funarte Mulheres nas Artes. Disponível em: <http://www.funarte.gov.br/edital/premio-funarte-mulheres-nas-artes-visuais-%E2%80%93-2%C2%AA-edicao/>. Acesso em: 14/04/2018.

¹⁹ Prêmio Funarte Arte Negra. Disponível em: <http://www.funarte.gov.br/edital/premio-funarte-de-arte-negra/>. Acesso em: 14/04/2018.

entraram no edital de produção cinematográfica²⁰. A comissão interna foi criada em 2017 a partir do movimento de servidores do órgão, no intuito de promover a inclusão, a igualdade e a diversidade no âmbito de atuação da Agência²¹. Diferentemente da ANCINE, a Funarte não estende às mulheres transexuais ou travestis a participação no seu Prêmio Mulheres nas Artes Visuais.

Outro interessante estudo sobre a diversidade na produção audiovisual brasileira é o Boletim Raça e Gênero no Prêmio do Cinema Brasileiro (2002-2017)²², realizado pelo Grupo de Estudos Multidisciplinares de Ação Afirmativa da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (GEMAA/UERJ). A publicação traz números sobre a diversidade entre os filmes indicados e premiados entre 2002 e 2017, e impressionam pela diferença entre negros e brancos, homens e mulheres no cinema. Entre os indicados na categoria de ficção, por exemplo, não houve nenhuma obra dirigida por mulher negra (preta ou parda) indicada ao prêmio (BOLETIM GEMMA 4, 2017, p. 3).

Como podemos observar, ainda são poucas as ações afirmativas nos editais de fomento à produção artística no país diante dos números de desigualdade no país.

Considerações finais

Pelo caminho aqui percorrido percebemos que as tristes tradições ainda ameaçam não só a cultura de um modo geral, mas principalmente grupos socialmente excluídos. O caráter tardio e a descontinuidade são características evidentes nos editais afirmativos abordados aqui. Na Funarte, nenhum dos editais citados ganhou uma regularidade, como outros editais tradicionais da casa. Na ANCINE, não houve continuidade nos editais Curta e Longa Afirmativos, e as cotas de gênero e étnico-raciais no edital de produção para cinema ainda estão em sua primeira edição. Como toda novidade, poderá sofrer ajustes nos próximos anos.

²⁰ Chamada Pública para Produção para Cinema, disponível em: <http://www.brde.com.br/fsa/chamadas-publicas/producao/chamada-publica-brdefsa-concurso-producao-p-ara-cinema-2018/>>. Acesso em: 14/04/2018.

²¹ Disponível em: <https://www.ancine.gov.br/pt-br/sala-imprensa/noticias/comiss-o-de-g-nero-ra-e-diversidade-da-ancine-to-ma-posse-em-evento-pela> Acesso em: 10/04/2018.

²² Boletim completo disponível em: <http://gemaa.iesp.uerj.br/boletins/boletim-gemaa-4/> Acesso em: 14/04/2018.

Acreditamos que trazer as questões trabalhadas aqui sejam importantes para que as desigualdades sócio-econômicas sejam cada vez mais combatidas em todas as instâncias, principalmente nas institucionais. Esperamos que as tradições apontadas por Rubim deixem um dia de ser uma triste realidade para se tornarem vaga lembrança em uma sociedade com mais cultura e arte para todos.

Referências bibliográficas

CALABRE, Lia. Desenvolvimento de políticas públicas culturais. In: **CURSO DE FORMAÇÃO DE GESTORES PÚBLICOS E AGENTES CULTURAIS**, 2., 2015, Rio de Janeiro. Políticas públicas de cultura. Rio de Janeiro: Secretaria de Cultura [do] Governo do Rio de Janeiro, 2015a.

CALABRE, Lia. Panorama internacional das políticas culturais. In: **CURSO DE FORMAÇÃO DE GESTORES PÚBLICOS E AGENTES CULTURAIS**, 2., 2015, Rio de Janeiro. Políticas públicas de cultura. Rio de Janeiro: Secretaria de Cultura [do] Governo do Rio de Janeiro, 2015b.

COSTA, Eliane. **Jangada digital**: Gilberto Gil e as políticas públicas para a cultura das redes. Rio de Janeiro: Azougue, 2011.

RUBIM, Antônio Albino. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: RUBIM, Antônio; BARBALHO, Alexandre (Orgs). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, Coleção Cult, 2007. P. 11-36.